



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XI - Nº 202 - 1ª QUINZENA DE NOVEMBRO DE 2000- R\$ 1,00

**As campanhas salariais estão aí:
As direções sindicais burocráticas
direitistas e reformistas não estão
preparando uma luta pra valer!**

**A “greve de advertência” não
conquistará a reposição das perdas
nem garantirá o emprego.**

PELA GREVE UNIFICADA!

**Para isso: Assembléias unitárias,
comando de greve eleito nelas,
pauta unificada e negociação conjunta.**



**O povo palestino combate
o enclave do imperialismo
ianque no Oriente Médio.
Todo apoio à luta do povo
árabe contra a opressão
imperialista! Pelo fim do
Estado de Israel,
enclave americano!
Revolução Proletária e
Estados Unidos Socialistas
do Oriente Médio!**

**Liberdade imediata ao dirigente das FARC,
preso pelo governo lambe-botas de FHC**

CUT e Força Sindical unificarão os trabalhadores?

Em novembro, ocorrem as principais campanhas salariais. São milhões de trabalhadores - metalúrgicos, petroleiros, bancários etc -, abarcando ramos fundamentais da economia, que poderão se colocar em luta contra a exploração capitalista. Ocorre que estão divididos pelas duas Centrais - CUT e Força Sindical -, que, por sua vez, são dirigidas por uma ala da burocracia reformista e outra direitista.

Apesar das diferenças, as duas frações burocráticas têm bloqueado a unidade desses milhões e impedido de se colocarem frente a frente com a classe patronal para imporem suas reivindicações. Agrega-se a isso o fato dessas direções colaborarem com o governo pró-imperialista, seja indireta ou diretamente.

Agora, a CUT e Força prometem desencadear greves de advertência, para o início de novembro. Ocorre que os capitalistas estão unificados em torno da posição de não ceder nenhum reajuste acima de 5%, portanto, abaixo da média inflacionária.

Os trabalhadores vêm perdendo ano a ano, uma vez que a prática de impor reajustes menores que o índice inflacionário se tornou regra. Se a classe operária não parte para as greves e radicaliza esse método de ação direta tem de arcar com maior taxa de exploração, que quer dizer empobrecimento. Entretanto, o confronto de classe contra a classe não depende somente da necessidade dos explorados. A atuação das direções sindicais e sua política são decisivas. Estas têm justificado a ausência de campanhas salariais grevistas com o argumento de que os trabalhadores não querem lutar devido ao medo do desemprego.

Se há algo de verdade, ela está sendo usada para acobertar a atitude de submissão da burocracia às pressões capitalistas e a sua política de colaboração

de classe. Os burocratas não só se curvaram diante dos ataques do governo e dos patrões aos postos de trabalho (fechamento e demissão em massa) como colaboraram ativamente em favor do capital, assinando acordos de demissão "voluntária", "banco de horas", eliminação de conquistas sociais. Fecharam os olhos para a informalização das relações de trabalho (carteira não assinada), terceirização etc. Apoiaram-se na explicação da burguesia de que o desemprego é fruto de adaptação tecnológica e que os trabalhadores se acham desqualificados.

Os burocratas ludibriam com os cursos de qualificação, empregando dinheiro do FAT conforme as regras do governo. Os traidores colocam os sindicatos a serviço da "flexibilização do trabalho".

Essa atitude corresponde a uma política. Ou seja, a de que a solução do desemprego e do aumento da exploração virá do próprio Estado capitalista e da disposição dos exploradores em negociar. Atuam poderosamente sobre os trabalhadores desorganizados e à mercê da repressão dos capitalistas. Usam a máquina sindical para exercer esta pressão em favor da colaboração com o capital e bloqueio à luta de classe. Os trabalhadores individualizados perante a classe patronal compacta e seu governo não vêem como reagir aos ataques diários aos postos de trabalho e aos salários. O descontentamento e o instinto de defesa de suas vidas são brutalmente reprimidos, de um lado pelo patronato em cada fábrica e, de outro, pela política da burocracia, que, disfarçada de representante dos trabalhadores, age contra os interesses dos oprimidos. Está aí a razão fundamental dos operários e demais assalariados sentirem o medo da demissão e ficarem paralisados diante do livre manejo dos capitalistas. Não encontraram nos sindi-

catos um canal de resistência.

Mas por que falamos de tudo isso agora que a burocracia diz que irá unificar os trabalhadores?

Acontece que há um limite para a burocracia atuar sobre a classe operária para empurrá-la à inação. Sua colaboração já foi bem longe. Os trabalhadores começam a ver que não podem mais tolerar os ataques patronais. A economia sofreu um pequeno reanimamento, com a abertura de alguns postos de trabalho na indústria. Tudo isso faz com que os instintos de luta venham à tona. Cresce a pressão das bases sob os pés da burocracia. O colaboracionismo aberto começa a ser visto pelos trabalhadores. E a classe capitalista não pretende abrir mão minimamente de posições contrárias aos interesses da classe operária, conquistadas com apoio da casta de dirigentes sindicais vendidos. O governo idem, está obrigado a sustentar a linha de ataque patronal aos salários, um dos pilares do plano antinacional e antipopular de FHC.

Tais condições exigem da burocracia adaptação de sua política de colaboração e de freio às lutas. Ameaça com a unidade de campanha salarial, para obter alguma migalha que justifique a manutenção da política de subserviência das Centrais ao patronato. O anúncio de "greves de advertência", por si só, indica que os burocratas não vão agir contra as perdas salariais e o desemprego. Não unificarão a classe operária em um poderoso movimento grevista.

É preciso ter claro essa conclusão para lutar no interior do movimento contra a farsa burocrática da unidade. Cabe aos trabalhadores exigirem assembleias unificadas, formação de um comando único eleito na assembleia unificada, organização dos comitês de base unificados, pauta de reivindicação única e greve unificada.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

MST

Governo arma novo ataque ao MST

O movimento camponês alcançou um nível de organização e capacidade de luta direta que não poderia ficar livre da brutal repressão. Das chacinas aos processos judiciais, dia-a-dia o MST convive à espera de um novo confronto. A fome e miséria acompanham a vida dos sem-terra, com elas a necessidade de ocupar os latifúndios e de enfrentar o aparato repressivo da burguesia.

Faz parte dessa situação a campanha ideológica e política do governo. Na essência, o poder dos latifundiários procura alimentar a idéia de que o problema da terra está sendo resolvida e que o MST perdeu sua finalidade de pressionar pela reforma agrária, tornando-se um bando de facínoras.

O ataque mais bem planejado para desmoralizar o movimento está sendo arquitetado em torno da cobrança de 3% dos recursos do Pronaf. Fato esse que o MST nunca escondeu e que justificou a utilização do dinheiro para manter a luta.

O governo quer montar um escândalo, de maneira a colocar o MST como corrupto. O jornalista Josias de Souza expressou bem a intenção dessa campanha ao “sentir pesar” (quanta hipocrisia) de ver “a imagem de um organismo em decomposição”. Pretende-se passar o mar de corrupção existente no Estado para o MST. Os capitalistas e seus governos dilapidam os cofres públicos, o que é normal segundo as relações de produção e exploração do trabalho, tanto é que os bandoleiros do poder nunca pagam pelos seus crimes. Somente a classe operária e camponesa organizadas porão fim à jogatina burguesa.

Agora, esse Estado apodrecido até a medula pretende investigar o MST, indicando o objetivo repressivo. A imprensa apresentou testemunhas de sem-terra para dar ar de probidade governamental.

Se os camponeses têm denúncias, quem poderá investigá-las são os próprios trabalhadores. A intervenção do Estado na vida dos movimentos sempre objetiva controlá-los e destruí-los. Trata-se de uma lei da luta de classe.

Nossa resposta: fora as mãos do governo sobre o MST! Que os trabalhadores resolvam seus próprios problemas!

Fracasso da intermediação das Igrejas

A CNBB e outras instituições reli-

giosas haviam mediado um acordo com o governo e MST em torno das reivindicações de financiamento dos assentamentos e de pequenos proprietários agrícolas. O governo não cumpriu e o MST foi obrigado a fazer novas manifestações em todo o país. O Ministro do Desenvolvimento Agrário alegou que não havia nenhuma quebra de acordo. Isso porque o discutido teria de passar pelo Conselho de Reforma Agrária, que está sob o total controle do governo.

Ficou claro que a negociação de cúpula, com a mediação da Igreja só serviu para enganar o MST, que por sua vez acreditou no governo e no poder de mediação da Igreja. Diante do conflito, nova reunião foi realizada pela CNBB. Seu representante declarou em seguida que finalmente se chegava a um acordo sobre a forma de financiamento, a mais favorável para os camponeses assentados. Imediatamente, o Ministro Jungmann desmentiu o bispo, que reconheceu que havia entendido mal a conversa com o governo. Nota-se que nem mesmo o rigor mínimo de redigir o resultado da reunião se tem tido. É que essas negociações acabam sendo um jogo para arrefecer o MST e justificar a linha repressiva do governo. Nova reunião foi realizada. Aí então o governo disse claramente que não poderia aceitar as exigências do MST. A CNBB assim encerrou a mediação.

Essa experiência comprova que o MST deve se livrar da influência da Igreja, cuja função é amortecer o combate dos explorados contra a classe capitalista e seu Estado opressor. O fundamento das instituições religiosas se assenta na propriedade privada dos meios de produção e na manutenção da existência da sociedade de classe. Vemos que em todo e qualquer país onde as massas se levantam contra a exploração, a Igreja ou comparece como mediadora, para pôr fim ao avanço da luta de classe, ou então se alia a posições abertamente totalitárias da burguesia. Não são poucos os exemplos em que a Igreja comparece como pilar de apoio a golpes militares, a exemplo do Brasil, Argentina, Chile etc. Ou os trabalhadores ganham independência política e organizativa da Igreja e qualquer outro aparato ligado ao Estado, ou sacrificarão sua dura luta contra a opressão.

O MST tem mostrado o espírito de sacrifício dos camponeses que enfrentam a mais profunda penúria e suportam uma feroz repressão cotidiana, vinda do governo e latifundiários. Essa é uma condição para quebrar o domínio latifundiário, porém não é suficiente. É necessário que a energia combatente dos camponeses se transforme em consciência revolucionária, fator imprescindível para a independência organizativa. É preciso que uma nova geração saída das bases passe a questionar o programa reformista da direção do MST e seus vínculos com a Igreja, bem como com partidos que expressam a política de sustentação do capitalismo.

O programa da aliança operária e camponesa, que tem por estratégia a destruição do capitalismo deve ser a base da organização de uma fração revolucionária no interior do MST. Essa é uma condição histórica para o movimento camponês se colocar sob a direção da política proletária, que tem por finalidade a revolução e ditadura proletárias. A luta camponesa pela terra tem de conduzir à liquidação de toda forma de propriedade latifundiária. Portanto, realizar uma verdadeira revolução agrária.

A política de assentamentos a conta-gotas, sob o controle do governo e de seus órgãos financiadores, não poderá tocar um fio de cabelo dos latifundiários. Essa conclusão tem se mostrado correta perante os acontecimentos. Os assentamentos se encontram esmagados pela impossibilidade de sustentar uma agricultura de subsistência e de se inserir no processo capitalista de produção. Aí está o fundo do problema e a razão do governo cortar a forma de financiamento mais favorável, exigindo que os assentados alcancem auto-sustentação. Está claro que isso não é possível, que não terão como produzir adequadamente nas condições capitalistas dadas e que logo a maioria perderá o pedaço de terra.

Para que isso não aconteça, como assinalamos, o MST terá de superar suas ilusões na reforma agrária via assentamentos e financiamentos estatais, terá de tornar as conquistas já realizadas em ponto de partida da defesa do programa da revolução agrária como parte da revolução proletária.

Greve na PM de Pernambuco

Fora o exército das ruas de Recife

Mais uma vez explode greve na polícia militar de Pernambuco. A Associação de Cabos e Soldados da PM retomou o movimento diante de uma situação salarial insuportável. Há uma parcela de policiais que recebe um soldo de R\$75,00. Outros valores agregados não fazem parte do salário-base. A reivindicação é de vincular o soldo ao salário mínimo, de forma que quem está no início de carreira passaria de R\$600,00 para R\$900,00. Além disso, a Associação exige um maior período de descanso.

A mobilização dos soldados e cabos é geral: 5 mil soldados nas assembleias e apoio de alguns sargentos, em oposição aos oficiais, paralisaram totalmente o

policimento em Recife.

Em resposta, o governo requisitou a intervenção do exército, que contou imediatamente com autorização do governo federal. Por outro lado, a Justiça decretou ilegalidade da greve e impôs a multa de R\$370 mil por dia à Associação. O governo, acuado pelo movimento, propôs um reajuste de 30%, que foi rejeitado na assembleia. Os soldados insistem nos 50% de reajuste e na extensão da folga, o que reduziria sua jornada semanal de trabalho.

Na greve de julho de 1997, o governador Miguel Arraes (PSB) inaugurou o combate à greve da PM convocando o exército. Agora, é Jarbas Vasconcelos

(PMDB) quem lança mão desse meio repressivo. Lembramos que a greve ocorrida em Minas Gerais foi tão reprimida, ao ponto de se trocar tiros e morrer um grevista.

É necessário que a classe operária e demais trabalhadores se coloquem em favor da greve dos policiais, opondo-se a qualquer tipo de repressão. E defenda o direito democrático dos policiais realizarem assembleias, manifestações, inclusive armadas, e a greve. Ao mesmo tempo, mostrar aos policiais que suas armas devem se voltar contra o poder opressor da burguesia e jamais contra o movimento social.

Rondônia

Movimento por moradia exige direção revolucionária

O afastamento da líder municipal do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), em Porto Velho, devido à corrupção, mostra a necessidade do movimento popular constituir direções revolucionárias. Estas se caracterizam por dedicar seu trabalho não só à obtenção das reivindicações imediatas como também dirigir o combate dos oprimidos para destruição do capitalismo. Se a direção não é revolucionária, fatalmente se corromperá política e materialmente.

O caso da líder municipal do MNLN não é isolado. Grande parte das direções populares e sindicais fazem da pobreza das massas e de suas necessidades um meio de vida. Estabelecem laços com politiquinhos da burguesia e utilizam-se de seus postos para tirar vantagens próprias.

O assistencialismo é uma caracte-

rística das atitudes políticas das lideranças corrompidas. Colocam o movimento à mercê de doações governamentais (cesta-básica). Utilizam seu poder de distribuição e de contato com os politiquinhos (falamos da política burguesa) para controlar as bases, discriminar aqueles que não abaixam a cabeça e praticar delitos.

É esse tipo de direção que serve de cabo eleitoral. Vinculam as necessidades dos trabalhadores ao apoio a este ou aquele partido burguês ou candidato. Existem lideranças que cedem às pressões das dificuldades de conquistar as reivindicações na base do combate e adotam forma de cooperativas para compra de terrenos, como solução para os sem-teto. Diante da repressão, acaba se acovardando. Há exemplos de submeter o movimento ao Estado, como

ocorreu na ocupação, no bairro Espírito Santo, em que a direção aceitou o controle da Secretaria de Ação Comunitária.

Geralmente, os movimentos populares e de moradia congregam a camada mais oprimida, que procura resolver imediatamente a situação de penúria em que vive. Trata-se de trabalhadores que não tiveram a possibilidade de se politizar e, por isso, estão propensos a aceitar o assistencialismo, as migalhas, e se submeterem às decisões dos espertalhões que os lideram.

Para se combater essa situação, é preciso que os lutadores honestos trabalhem pela construção do partido revolucionário no seio do movimento popular. Significa construir células proletárias, que defendam o programa da revolução social.

**Abaixo os processos e prisões políticas do MST!
Liberdade imediata para todas as lideranças e fim dos processos!
Tribunais Populares para julgar e punir os assassinos!**

Acabar com a pobreza destruindo o capitalismo

O governo FHC propagandeou que o Plano Real derrubaria a pobreza e que o desenvolvimento econômico sustentado acabaria de eliminá-la em grande parte. Os números oficiais diziam que “os índices de pobreza, que superavam o patamar dos 40%, baixaram para a faixa em se encontram hoje” (ou seja, 34,9%). (Folha SP) Isso simplesmente porque a inflação deixou de comer rapidamente os salários. O que quer dizer que a proeza, se fosse verdadeira, foi a redução de 5,1%. Que extraordinário feito “diminuir” alguns pontos percentuais na pobreza de mais de 54,1 milhões, também segundo os dados do governo, graças ao plano de estabilização de 1994.

Mesmo esse raquítico índice se choca com a explosão do desemprego, a piora dos serviços públicos e com a lei salarial do plano, que impõe reajuste anual e de acordo com a disposição dos capitalistas. Segundo os analistas burgueses, todos esperavam uma retomada violenta do crescimento da pobreza em 1999, devido à quebra do valor do real. Certamente, referem-se à possibilidade de se retomar índices inflacionários mais elevados e elevar a perda de valor da moeda frente ao dólar. Mas isso não ocorreu nessa escala e mais um feito se verificou. Os pobres eram 33,4% da população em 1998 e passaram a apenas 34,9% em 1999.

Frente a isso, vêm as recomendações para o governo elaborar programas sociais de distribuição de renda. Mas continuemos com os dados e análise dos porta-vozes do capital.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que o PIB per capita cresceu nos últimos 20 anos, mas que a concentração de renda nas mãos da minoria permaneceu, enquanto os pobres continuaram pobres. 10% mais ricos ficam com 50% da riqueza, e 50% mais pobres com apenas 10%. “Em 1998, 1% dos brasileiros concentrava 13,9% da riqueza brasileira, mais que os 12,3% apropriados pelos 50% mais pobres”. (Gazeta Mercantil)

Como se vê, a riqueza cresceu (aumentou a renda per capita) e com ela a

miséria das massas. A ultra-minoria (10%) concentra quase toda riqueza. Partindo desse quadro aberrante, ministros, jornalistas, analistas econômicos, políticos etc dão explicações mais estapafúrdias. Eis uma passagem de um documento governamental: “o Brasil não é um país pobre, mas tem muitos pobres porque é muito desigual - uma desigualdade muito grande, antiga e muito resistente”. O presidente do Ipea conclui: “O País reduziu a pobreza, mas não as desigualdades.” Onde desemboca tais constatações? A de que é preciso distribuir renda. Como? Aumentando o salário mínimo ao valor real das necessidades da família trabalhadora? Reduzindo a jornada de forma que se elimine o desemprego, sem reduzir o salário? Nada disso, pois esses pontos atingem a exploração do trabalho e concentração de capital. Atingem a fonte de onde nasce a enorme riqueza da minoria e a miséria da maioria.

Então a resposta dos humanitários burgueses é de “políticas compensatórias”, que quer dizer migalhas espalhadas pelo Estado entre os milhões de pobres e famintos. São as tais renda mínima, bolsa-escola, leve-leite, banco do povo etc. Quase todos chegaram à brilhante conclusão (isso depois de ouvirem os conselhos do Banco Mundial-Bird) de que o governo deve investir na educação, reforma agrária e programas de financiamento para os pequenos. Isso quando o governo aplica as medidas pró-imperialistas do FMI/Bird contra o ensino público, golpeia o MST, falseia com a tal da reforma agrária, que não passa de reles assentamento de pequena parcela de sem-terra, mascara-se de financiador dos pequenos e médios agricultores, impõe a tal da “flexibilização do trabalho” e outra violências.

Não faltam também exercícios de cálculo de espertos politíqueiros reformistas, que mostram que “com 0,1% da renda anual mundial (calculada em US\$ 30 trilhões) é possível colocar na escola 250 milhões de crianças trabalhadoras, por meio da bolsa-escola.” Como essa, há centenas de simulações. Mas todos esses matemáticos da riqueza e pobreza

fogem do aumento do salário mínimo para patamares que supram a necessidade real. E, por isso mesmo, acobertam a impossibilidade dos capitalistas resolverem o problema da pobreza das massas, que avança mundialmente e chega à barbárie.

É que, quando se toma seriamente esse fenômeno, revela-se as leis de funcionamento do capitalismo e os meios para sua destruição. Chega-se à exploração do trabalho e da apropriação privada da produção social, ou seja, à extração da mais-valia e concentração de capital. O sistema capitalista não pode funcionar de outra maneira. Equivale dizer que não pode extirpar a pobreza das massas. Nem mesmo os países imperialistas (potências), que saqueiam o mundo todo e concentram cerca de 70% da economia mundial, puderam superar o abismo entre a minoria burguesa e a maioria da população trabalhadora. E a totalidade das nações semicoloniais, de capitalismo atrasado, impõe um regime de exploração violento para assegurar acumulação de capital interno e entregar parte dele à burguesia imperialista. A sangria do país se dá não às custas da burguesia nacional, que também paga por sua submissão, mas das massas, que dão duro para viver sob o regime de intensa extração de mais-valia (horas de trabalho não pago) e que são empurradas para a fome.

É bom notar que o imperialismo quer usar um mecanismo chamado de “cláusula social”, como parte das pressões para abertura do mercado dos países semicoloniais e para justificar seu próprio protecionismo. Está aí por que o FMI/Bird resolveram “exigir” políticas de compensações sociais. Acusam as semicolônias de usarem os baixos salários para produzirem mais barato. Trata-se exclusivamente de um instrumento de pressão do grande capital contra a lentidão das aberturas dos mercados.

Porta-vozes do reformismo acabam se unindo com porta-vozes do imperialismo sob o mesmo refrão de solucionar a pobreza com políticas assistencialistas. Nenhuma fração da burguesia quer ou pode tocar na essência da exploração do

trabalho.

Dizemos: fora o imperialismo com sua cláusula social. Nós trabalhadores lutaremos contra vocês sangue-sugas da humanidade e contra a burguesia interna que nos sacrificam para manter a sangria do país.

Mostramos que os dados da burguesia comprovam sua farsa de solução pela distribuição de renda, redução das disparidades sociais e justiça.

O proletariado e camponeses pobres têm condições de tomar em suas mãos a solução da pobreza e miséria. Não sim-

plesmente porque são as classes oprimidas pela fome, mas porque são responsáveis pelo funcionamento do capitalismo, pela produção social. A classe operária está capacitada a expropriar a burguesia, transformando a propriedade privada dos meios de produção em socialista, e a derrubar o domínio latifundiário, nacionalizando as terras, entregando-as aos camponeses e socializando a indústria agrária.

A defesa da vida da maioria - uma das condições para a politização e organização da classe operária - implica na

defesa radical do salário e emprego, ponto de partida contra a exploração. As bandeiras econômicas do proletariado não serão resolvidas integralmente sob o domínio burguês, o que significa que mesmo com radical luta o fim da pobreza não é possível enquanto o capitalismo funcionar. É tarefa número um da humanidade extirpar a miséria e a fome, conseqüências da sociedade de classe. Esse objetivo se realizará com a destruição da ditadura capitalista e construção do comunismo, da sociedade universal e sem classe.

Guarulhos/SP

Porque Nem Jovino e Nem Elói Pieta, Mas Voto Nulo Programático

Os dois candidatos fazem demagogia, não farão geração de novos empregos.

Não farão a habitação popular.

A saúde pública continuará um caos.

Nenhum dos dois têm um plano educacional para os trabalhadores e seus filhos (construção da universidade pública municipal, além de que ambos defendem a municipalização do ensino que significará o aprofundamento do sucateamento da escola, o fim da gratuidade do ensino público através do pagamento de taxas e até a futura privatização de algumas delas que virá a partir dos convênios com empresas privadas).

Os dois candidatos, que se dizem representantes dos oprimidos (dos trabalhadores), na verdade, recebem apoio dos opressores (dos empresários, dos banqueiros, das empreiteiras) para governarem para estes, ou seja para utilizarem todos os recursos da prefeitura para satisfazer os interesses destes patrões, incluindo aí a corrupção. Enquanto isto milhões que deveriam ser aplicados para o benefício da população é desviado e aplicado para o benefício destes patrões.

Por isto defendemos o Voto Nulo programático

Porque não votar em Jovino

Jovino foi eleito juntamente com o corrupto Nefi Tales e sempre fez parte de sua corrupta panelinha, até ver que o

barco ia afundar e aí demagogicamente se colocou como oposição.

Jovino está envolvido até o pescoço com os mesmos grupos que sustentaram Nefi.

Jovino se utilizou de alguns ex-petistas para assessorá-lo a ludibriar o povo, como foi o tal do orçamento participativo, pois colocava para a população decidir onde aplicar, apenas as migalhas que sobravam depois dos tubarões já terem dividido o bolo

Hoje, implementa a partir da prefeitura toda a linha de reformas neoliberais de FHC/FMI e que significa para a população acabar com a saúde, a educação, cortar gastos com o funcionalismo e a habitação etc.

Porque não votar em Elói Pietá

O PT e Pietá apoiaram Nefi Tales no segundo turno das eleições passadas. Diziam que era um mal menor que o Thomeu.

Além disso, Pietá é apoiado por setores da burguesia. O próprio Luiz Roberto Mesquita, presidente da Associação Comercial de Guarulhos declarou publicamente seu apoio, isto além da OAB e da Igreja

Em todo o país, o PT anda fazendo alianças espúrias até mesmo com o PFL e o PSDB, partidos governistas que estão implementando todas as medidas de fome, antinacionais e antipopulares do FMI.

A política do PT em nível nacional tem sido a de reprimir os movimentos do funcionalismo, a exemplos do professores no Rio Grande do Sul, dos funcionários públicos de Brasília por Cristovam Buarque, ou dos condutores no tempo de Erundina.

Mas O que é este Voto Nulo programático?

A defesa do voto nulo programático, neste momento, significa que nenhum dos candidatos que aí estão, quer Jovino, quer Pietá poderá satisfazer minimamente os interesses das camadas oprimidas da população que só poderá ser conquistado com um Governo Operário e Camponês, ou seja um governo que não seja eleito, mas que seja conquistado pelos operários e pelas demais camadas oprimidas, através da luta contra os patrões e opressores.

Defendemos, neste momento, a construção de comitês populares para que a população se organize e exija:

- **Habitação**
- **Saneamento Básico**
- **Escola Pública Única Laica e Gratuita**
- **Salário Mínimo real de R\$ 1900,00**
- **Pela formação de um Tribunal Popular, organizado pelos sindicatos e organizações dos trabalhadores, para julgar e punir a burguesia corrupta**

Como Votar Nulo

Eleições 2000

PT foi o que mais cresceu nas municipais, com uma política burguesa e em aliança com os partidos patronais

As eleições municipais seguiram-se a uma onda de denúncias de corrupção contra o governo federal (escândalo de desvio de verbas da construção do Fórum Trabalhista de São Paulo) e do aprofundamento de seu desgaste político e dos governos estaduais, em grande parte pela onda grevista do funcionalismo e educação pelo país, que contou com apoio popular. O desgaste de FHC teve repercussão nas capitais e grandes cidades, onde principalmente o PT teve um crescimento bastante significativo. Nos resultados gerais, porém, manteve-se o controle das eleições pelo poder econômico, que se expressa pelos grandes partidos burgueses que constituem a base de sustentação do governo FHC (PSDB, PMDB, PFL, PTB, PPB).

Os grandes partidos burgueses mantêm o controle da maioria das prefeituras. Mas o PT foi quem mais cresceu

Comparando com os resultados obtidos em 1996, temos os maiores partidos praticamente estagnados: PSDB (921 prefeituras em 1996, 987 em 2000), o PMDB (1295 em 1996, 1253 em 2000), o PPB (625 em 1996, 617 em 2000), o PTB (382 em 1996, 397 em 2000); o PFL teve um pequeno crescimento (934 em 1996, 1027 em 2000). No número de votos, apenas o PPB teve uma queda significativa (de 9,8 milhões em 1996 para 6,8 milhões em 2000). Somente o PT teve um crescimento importante: de 110 prefeituras em 1996 passou a 174 em 2000 e de 7,9 milhões de votos passou para quase 12 milhões. Mas ainda constituem apenas 3,15% do total das cidades (5528), e 14,13% do total de votos válidos. Ainda é preciso registrar em seu crescimento que conquistou capitais e grandes cidades importantes, em que não havia nunca antes governado e que eram tradicionalmente dirigidas pelos partidos patronais (Feira de Santana, Vitória da Conquista (BA), e São Carlos e Franca (SP)) e que é

quem mais disputará o segundo turno (15 cidades).

Nos estados, em geral prevaleceram os candidatos dos partidos dos governadores (em 14 deles o partido vencedor foi o do governador), mais ainda se levarmos em conta a aliança que sustenta FHC.

Isso significa que todo o desgaste político de FHC não mudou o fato de que o controle político sobre os resultados eleitorais em geral é do poder econômico. As eleições são um campo de disputa entre as frações da burguesia e estão sob controle destas. Os partidos governistas elegeram mais de 80% dos prefeitos, e tiveram 75% dos votos.

E, o mais, importante, o crescimento do PT se deu enquanto oposição burguesa, com um programa de reformas capitalistas e em aliança com os partidos burgueses. Desde o primeiro turno, as suas frentes se realizaram contando com PSDB, PMDB e até PFL, muitas vezes com o PT apoiando os candidatos patronais. Dessa forma, o crescimento do PT se construiu em grande medida no poder econômico.

No segundo turno, o PT está refazendo suas alianças e frentes, incorporando mais setores burgueses. Em São Paulo, por exemplo, a frente anti-Maluf agrupou o PSDB (Covas/FHC), PMDB (Quêrcia), Romeu Tuma, o jornal reacionário O Estado de S. Paulo, o ex-presidente da Fiesp Mário Amato etc., na maior unidade burguesa em eleições municipais paulistanas. Em Recife, o PT chamou todos os partidos para a frente anti Roberto Magalhães (PFL), e entregou a organização da futura prefeitura ao frentão burguês.

Assim, as eleições apresentaram um quadro contraditório: se, de um lado, o PT foi quem mais cresceu e se potencializou para as eleições presidenciais de 2002, os partidos governistas mantiveram sob seu controle a maior parte de seus currais eleitorais. E o crescimento do PT é disciplinado pelas alianças com as frações burguesas, submetendo-se a estas.

As esquerdas fracassam

O PSTU traçou como política nacional o apoio ao PT, desde que este não estivesse numa frente burguesa. Em várias cidades, o PT recusou-se a ter o PSTU em sua frente. Aí o PSTU lançou candidatos próprios, mas suas campanhas estiveram sempre voltadas a atacar o governo federal e a direita, nunca o PT, e dedicando muito pouco tempo às suas próprias candidaturas. Foi quase que uma renúncia às próprias candidaturas em favor das do PT. Seu resultado: sua votação foi pouco superior à votação presidencial de 1998, mas bem inferior à das eleições municipais de 1996, e, o mais importante, apresentou-se com uma linha oportunista, à reboque do reformismo petista, autoanulando suas candidaturas e usando o espaço nos meios de comunicação apenas para falar do Fora FHC (antecipação das eleições presidenciais).

O POR defendeu o voto nulo

As ilusões democráticas das massas no Brasil exigem do partido que lance seus candidatos para defender o programa e denunciar a democracia burguesa. Sem a possibilidade de lançar candidatos, o POR defendeu o voto nulo programático, em defesa da revolução e ditadura proletárias, do Partido Operário Revolucionário e da luta direta pelas reivindicações sentidas das massas, denunciou o reformismo e o centrismo que o seguiu.

Agora, a campanha do voto nulo ganha mais importância pelas frentes burguesas que está montando o PT e que estão sendo apoiadas (crítica ou acriticamente) pelas correntes. A defesa do voto nulo é a defesa da independência de classe neste segundo turno. Nada de seguir os partidos patronais e o reformismo que está junto deles. Rejeitar a saída eleitoral e a colaboração de classes, defender o caminho da ação direta e da luta e programa revolucionários.

Carta Aberta ao PSTU

O apoio de vocês à Marta significa responsabilizar-se por seu governo. Em nenhum momento, a candidata petista escondeu o conteúdo burguês e reacionário de seu programa de campanha.

Em entrevistas e debates, afirmou com todas as letras que procurará administrar em harmonia (parceria) com o governo do Estado, que, como o PSTU sabe, é um dos pilares mais sólidos da diretriz antinacional e antipopular de FHC/FMI. Rebateu a acusação de que o PT pretendia não pagar a dívida da prefeitura, resultante em grande parte de jogatinas, falcaturas e favorecimentos.

Perguntada sobre a posição de “calote” da dívida externa, explicou que o PT apenas exige uma investigação, o que não significa romper com os credores. Sobre a reforma do ensino, concordou com a municipalização, que quem conhece por dentro sabe que é parte da linha privatizante, imposta pela orientação do Banco Mundial.

A capitulação de Marta frente às pressões reacionárias da Igreja contra o aborto e em favor da criminalização dos homossexuais foi descarada. Não é preciso falar muito sobre a demagogia sobre o desemprego e a miséria dos explorados, reflexo da adaptação do PT ao Estado burguês.

O PSTU viu e ouviu a Marta condenar as ocupações do MST (consideradas “exageradas”), procurando disfarçar com o adendo de que é simpática à causa dos sem-terra. Defendeu uma linha de conciliação de classe.

Mas a questão não se resume a

idéias. No segundo turno, o PT estabeleceu uma clara relação de compromisso com o PSDB. Acolheu o apoio de Tuma e Quércia. O PSTU grita no seu panfleto de apoio a Marta: “Nenhum compromisso com Alckmin ou Tuma”. No entanto, já há um compromisso. O chamado “Vote em Marta” se dá sob o compromisso de Marta governar em sintonia com toda essa gente.

O PSTU reclama que a “visita do senador Suplicy ao ex-delegado do DOPS, Romeu Tuma, foi um grave erro que provoca dúvida em todos”. Não PSTU, não se trata de “grave erro”, mas sim de uma atitude que expressa a política de integração total do PT na política burguesa. Trata-se, isto sim, de uma posição de acobertamento dos responsáveis pela ditadura militar e que estiveram na linha de frente da reação. Dirigentes do PT responderam que não estava em julgamento o passado de Tuma.

Vocês do PSTU precisam de mais provas do compromisso de Marta/PT com tais criaturas da burguesia? Querem prova mais contundente do compromisso histórico do PT com a ditadura de classe dos capitalistas?

É completamente falsa a bandeira de eleger Marta para varrer o malufismo, sinônimo de fascismo e corrupção. Não se trata de um homem, mas de encarnação política de uma fração burguesa. A sua destruição não virá pela eleição de um governo reformista, que sustentará no poder todas as expressões da classe dominante. Somente a luta revolucionária do proletariado, com seu programa e

sua organização independente poderá varrer o “malufismo”.

PSTU, vocês estão se utilizando do velho slogan político dos partidos burgueses e do reformismo. Lembrem-se que o PT apoiou Covas contra Maluf com essa justificativa. Agora Covas apóia Marta contra o malufismo.

Por último, não é preciso lhes chamar a atenção para o rio de dinheiro da campanha de Marta. Cada poste da cidade ostenta a rica propaganda eleitoral. De onde vem? Dos cofres dos capitalistas. Está aí mais um compromisso do PT com os opressores do povo. PSTU, seus argumentos para justificar o apoio a Marta são falsos. Amanhã, quando Marta se mostrar servil ao poder dos opressores, vocês dirão: nosso apoio foi crítico. Não há apoio crítico diante de uma política pró-capitalista. Vocês estão capitulando perante o reformismo, que dia a dia se mostra contra-revolucionário. É essa direção que tem desfigurado a CUT e vendido os interesses mais elementares das massas ao patronato.

PSTU, ao contrário de vocês, denunciamos a política nefasta do PT aos trabalhadores. Dizemos, Nem Maluf, Nem Marta, não há uma candidatura revolucionária dos trabalhadores. Voto nulo programático, em defesa da revolução e ditadura proletárias, pela construção do partido revolucionário, pela defesa das reivindicações mais elementares dos oprimidos e pelo método da ação direta.

Partido Operário Revolucionário - POR.

Governo prossegue na implantação da Reforma do Ensino Médio

O Conselho Estadual de Educação define as regras gerais para as mudanças curriculares. Apoiado nas Diretrizes Nacionais para o Ensino Médio, na LDB e na Constituição de 1988, o Conselho referendou os “princípios” norteadores da reforma educacional neoliberal.

Recheado de palavreados repetitivos e demagógicos, como cidadania, liberdade, autonomia, pluralidade, ações pedagógicas etc, a Indicação do Conselho (12/10) é de alteração da grade curricular. Ou seja, redução do número de aulas de todas as disciplinas e eliminação de outras. Para esconder isso, os órgãos governamentais gastam muita tinta para falar da “interdisciplinaridade e “contextualização”. Quer ludibriar os professores e alunos com a conversa de que os conteúdos estarão garantidos porque não serão mais fragmentados nas disciplinas.

Porém, o grave dessa “Indicação” é que ilude uma parcela de professores e, principalmente a burocracia sindical, de que a escola terá autonomia para discutir e aprovar seu “projeto pedagógico”. Falso. O Conselho de escola é um organismo sem poder de deliberação sobre decisões dessa natureza (só delibera o que comprar, de uma lista pré-indicada, com a mísera verba que o governo destina às escolas). Basta que lembremos das decisões dos conselhos de escola sobre a reposição das aulas da greve. Nada foi aceito pelas delegacias de ensino. Por isso, é um engano acreditar que esse conselho de escola terá poder de alterar os princípios, as normas, a grade, o funcionamento etc da reforma do ensino. Isto é, a essência da reforma que reduz o número de aulas, extingue disciplinas, amplia as parcerias com empresas e desemprega uma parte do professorado. Aí está o centro do problema. O restante, o conselho de escola poderá decidir, porque não altera em nada o objetivo central: diminuir a responsabilidade financeira do Estado para com a manutenção do ensino médio.

No ponto 5 da “Indicação”, reforça a divisão do currículo em Núcleo Comum (onde estão concentradas as disciplinas e sobre o qual o governo avaliará) e a parte diversificada. Diz ainda, tanto a parte do núcleo comum quanto à da diversificada, “poderão ser desenvolvidas por meio de projetos”. É claro que agrupam-

do disciplinas e enfatizando a idéia de que um professor pode coordenar um projeto envolvendo conteúdos de várias disciplinas. Atrás dos projetos está o desemprego. Outro mecanismo de economizar dinheiro é o fato de que o “aluno irá construindo o seu currículo”. O que quer dizer que o mesmo poderá escolher os tais projetos ou disciplinas que queira estudar. Reafirma da seguinte forma: “o regime de matrículas por disciplina pode criar oportunidades de continuidade e de inclusão escolar”. Coloca que os conteúdos serão agrupados por áreas, de acordo com as Diretrizes Nacionais para o ensino médio. Sempre com a falácia de que a reforma visa formar competências, habilidades e outras baboseiras. Por fim, chega ao ponto de determinar que as unidades escolares (inseridas numa comunidade) devem se “complementar quanto aos currículos”. Ou seja, o aluno pode escolher se quer participar de “projetos” nessa ou noutra escola. Está aqui também outro mecanismo para economizar recursos.

Em relação ao professor, a “Indicação” reafirma a mesma história da “formação contínua da equipe escolar” e que nada irá para frente se não houver a “capacitação” do professorado. O governo sempre procura jogar um professor contra o outro. Nesse caso, insinua assim: “Diferentes professores estão em diferentes momentos de reflexão dessas questões; alguns, convictos, já experimentaram e se debatem com as dificuldades cotidianas da mudança”. E que “o novo ensino médio só será realidade se o professor esteve motivado e capacitado para enfrentar com confiança, com o apoio do diretor, dos supervisores...”. Na verdade, a capacitação não passa de adestramento do corpo docente para impor os “projetos” ideológicos da burguesia e seu governo.

No final do ano, Covas irá implantar a reforma privatista do ensino médio. Os alunos terão menos escolas, o conteúdo das disciplinas estará diluído num punhado de projetos que não levam a nada, o desemprego no magistério será grande, os pais terão de sustentar economicamente as escolas ou estabelecer as parcerias e o ensino, que já é ruim, se tornará paupérrimo.

Diretoria da Apeoesp não responde à ofensiva do governo

A aula pública não serviu nem como denúncia do ataque do governo ao emprego e à escola pública. O plebiscito foi realizado e muitos votos contrários à reforma foram coletados. O problema está em que a diretoria não pretende utilizar essa manifestação de descontentamento, expressa através do plebiscito, para chamar a mobilização de pais, alunos e professores contra a reforma. Ao contrário, foi a televisão (no dia do professor) e não disse uma linha sequer contra as demissões que virão com a reforma do ensino médio. Se ocorrer o mesmo que o plebiscito da dívida externa, o do ensino médio não servirá para nada.

Fomos intransigentes na defesa da necessidade de uma assembléia geral para aprovar os rumos do movimento contra a reforma governamental. A diretoria (Articulação) e o PSTU se opuseram a convocação de assembléia. O argumento reacionário de que o POR e setores da oposição queriam voltar à greve foi utilizado tanto pela diretoria quanto pelo PSTU. A única diferença entre essas duas correntes estava em que o PSTU considerava melhor fazer o plebiscito em setembro e não em outubro e que teria de haver um ato para apresentar os resultados.

O final do ano se aproxima e as dificuldades para a realização de assembléia e a aprovação de métodos de enfrentamento ao governo (greve) vão se tornando mais difíceis, em função da despolitização de um setor da classe e a traição da burocracia sindical. A burocracia da Apeoesp se apóia nesse setor para imprimir a idéia de que no final de ano nada é possível fazer. Foi contra em agosto, o que dirá agora em novembro. Se chamar assembléia, esta não terá como objetivo organizar a ação direta contra o ataque ao ensino médio e ao emprego.

Nossa colocação é simples: ou vamos enfrentar com luta a reforma privatista da educação, ou vamos aceitar de “cabeça baixa” mais um ataque de Covas. Estamos entre aqueles que acredita na força coletiva do movimento e que somente esta poderá barrar a ofensiva do governo. Defendemos a realização de assembléia no dia 8 de novembro para responder com luta.

Avaliação do Congresso do Sinte

Foi realizado, de 9 a 11 de outubro, o 10º Congresso dos trabalhadores em Educação do Rio Grande do Norte. Eis os principais pontos de nosso balanço:

1. Um congresso burocratizado

Com a presença de pouco mais de 500 delegados de todo o Estado, com pequena participação da capital e com a maioria do interior, a direção aprovou suas propostas.

Uma direção burocratizada se apóia no atraso político de um setor da classe. Não é por acaso que se empenha em trazer delegados do interior e menospreza a importância dos da capital. Uma boa parte dos professores do interior não conhece a política de conciliação da direção. Não participa diretamente da condução do sindicato. Não pode ver de perto os privilégios da casta burocrática dirigente. Não vê as negociações entre diretoria e o governo. Não faz parte do embate político entre as diferentes correntes que militam no movimento, o que acaba conhecendo somente a da direção. Enfim, é vítima da despolitização imposta pela burocracia sindical.

A direção burocrática incita os trabalhadores a rejeitar o debate das idéias. O objetivo é claro: quanto menos discussão é melhor para passar suas propostas.

2. Congresso manipulado modificou os estatutos do sindicato

A direção burocrática é aquela que cada vez mais se distancia da base. Procura não convocar assembleias. Não realiza um trabalho de organização das escolas. O jornal do sindicato passa ser o órgão de propaganda de suas idéias. Usa o sindicato como trampolim político. E, passo a passo, vai modificando a função do sindicato, de organismo de luta se transforma em órgão assistencialista.

A burocracia do Sinte, que não faz do sindicato um instrumento de luta de classe, reformulou o estatuto. As novas mudanças vão no sentido de ampliar os poderes da direção e reduzir os da base. Dá a diretoria o poder de decidir sem precisar consultar o professorado.

A Corrente Proletária se opôs às altera-

ções estatutárias e defendeu o princípio da democracia operária para o sindicato. Eis sua defesa: “Para controlar o aparelho sindical, a burocracia não mede esforços para eliminar a democracia operária. Isso se verifica no cerceamento as correntes de oposição. Sem a democracia operária não é possível defender a independência dos sindicatos e muito menos colocar os organismos dos trabalhadores a serviço da luta de classe”. Porém, uma boa parcela dos delegados, ludibriada com o palavreado da burocracia, aprovou o estatuto antitrahador.

3. Congresso aprova a posição do reformismo

O enfrentamento ao governo FHC e ao neoliberalismo, para a direção reformista, se resume em conquistar (através das eleições) uma maior representação no Estado. E, com isso, opor o “projeto neoliberal” com um outro “projeto com base nos interesses nacionais e dos trabalhadores”. Está aí a grande miséria da política do reformismo. Acredita que através das eleições, poderá impor um plano nacionalista oposto ao do governo e do imperialismo. O socialismo, para a burocracia, viria depois da mudança da correlação de forças no poder do Estado. Primeiro, vota nos candidatos “comprometidos”, depois, se discute o fim do capitalismo e a criação do socialismo. Pura demagogia.

A partir da estratégia reformista, o Plano de Lutas proposto não passou de uma lista de reivindicações. O método para arrancá-las é o determinado pela estratégia política. Como a burocracia defende o eleitoralismo, o método é o parlamentar-eleitoreiro.

Como se vê, a linha aprovada no Congresso não servirá para impulsionar a luta contra o governo. É a linha da subserviência do sindicato à política burguesa. Portanto, reafirmou o colaboracionismo da burocracia.

5.A posição oportunista do PSTU

O PSTU desde a apresentação da tese mostrou seu oportunismo quando deixou claro que sua tese, embora de oposi-

ção à direção do Sinte, estava aberto a sugestões. Foi um recado dirigido a setores da burocracia. Com isso, atraiu para a tese parte da direção do Sinte, tentou agradar esse setor que defendia desde a frente ampla com outros partidos (até PFL) e setores que eram contra partidos atuando nos sindicatos.

A defesa desse setor que se dizia oposição à direção deixou claro a despolitização e as posições reacionárias, que o PSTU tentou encobrir, a ponto deste se posicionar contra a contratação de mulheres grávidas no sindicato por significar gastos quando tirar licença. Foi necessário o PSTU, no final da plenária, esclarecer que essa não é a posição do partido, o que mostra a base oportunista em que foi montada a tese do centrismo.

O único objetivo do PSTU era a formação da chapa para as eleições do Sinte. A defesa do PSTU contra a participação nos conselhos foi desmascarada quando se verificou que tinha um membro do conselho estadual de educação assinando a tese.

6.Organizar a fração revolucionária em torno do programa proletário

A Corrente Proletária defendeu que o combate às reformas privatistas é feito levantando as reivindicações mais sentidas da classe e chamando os oprimidos a organizar a mobilização nacional contra o conjunto das medidas neoliberais, onde a reforma educacional do governo é apenas uma parte delas. Defendeu o método unitário da ação direta, as greves, ocupações etc. Mostrou a importância estratégica da unidade dos educadores com a classe operária. Criticou o colaboracionismo da direção do Sinte, CUT e CNTE.

Sob a base do programa de luta, a Corrente Proletária chama os trabalhadores em educação a discutir e construir a fração revolucionária no interior do Sinte. O objetivo é fazer do organismo de luta dos trabalhadores (Sinte) um instrumento da luta de classe. Para isso, é preciso rechaçar a burocracia do sindicato e colocá-lo sob a direção da política revolucionária.

Ceará Mirim

Funcionários paralisados exigem pagamentos atrasados. PSTU pede intervenção do Estado.

Os funcionários públicos de Estremoz (Rio Grande do Norte) estão com os salários atrasados. O Prefeito, Walter Soares, desapareceu. A vice-prefeita, disse que “lavou as mãos”. As escolas estão fechadas por falta de pagamento aos educadores e condições de trabalho. O dinheiro do Fundef, o prefeito surruiu. O único hospital está sucateado. Os servidores da prefeitura não têm sequer uma máquina de escrever que funcione. O comércio da cidade não vende mais fido para professor e servidores da saúde e da prefeitura. São denominados pelos comerciantes de “velhacos”, porque não pagam as dívidas.

O prefeito, que há muito tempo não pisa o pé na prefeitura, ameaça os funcionários. Walter Soares usa os capangas para intimidar e espancar os servidores. Diz um funcionário: “o homem é violento, é melhor eu ficar calado”. Na prefeitura, duas irmãs, que são parentes do prefeito (primas), tomam conta de tudo.

Veja a que ponto chega a corrupção, a repressão e o coronelismo do Sr. Prefeito. Com a chibata nas mãos, os bolsos cheios de dinheiro, fugitivo, o prefeito quer comandar o município.

Os funcionários públicos já deram a primeira resposta: cruzaram os braços. Exigem o pagamento dos salários atrasados. Porém, não compreenderam o erro da proposta do PSTU de pedir intervenção do governo no município. Iludiram-se com a idéia de que através da intervenção o governador solucionará a falência do município. Assim, não puderam entender a importância da defesa da autonomia municipal. Devemos sim exigir que o governo do Estado pague imediatamente os salários, mas sem nenhuma intervenção.

O governo do Estado, certamente, atuará para dividir o movimento e pôr fim à paralisação. Não devemos aceitar nenhuma ingerência do Estado sobre o município. É necessário a unidade dos

funcionários com a população empobrecida da região. Em assembleia popular, criar o organismo próprio para dirigir o município. Esta deve tomar conta da administração, de forma a apurar as causas da falência, sustentar a autonomia do município, exigir do governo verbas para os salários e necessidades da população. A assembleia popular, para cumprir seu papel de poder, deverá ser soberana e eleger um comando dirigente municipal.

Já há tentativa das autoridades de dividirem o movimento pagando uma parte dos atrasados para uma parcela de funcionários. Se se constitui uma assembleia popular, esta poderá assegurar a unidade e rebater com força as manobras divisionistas dos governantes. Só a unidade do funcionalismo e da população poderá não só impor o pagamento dos atrasados como atuar contra as causas da falência municipal.

Corrente Proletária Estudantil organiza chapa na Letras/USP

A Corrente Proletária Estudantil está apoiando a organização de uma chapa ao CA de Letras USP, com o seguinte programa:

Proposta de Programa para a chapa “Na Letra da Luta” 2000/2001

Nos dias 21 e 22 de novembro haverá eleições para o Caell. Entendemos que é necessária uma direção à altura dos inúmeros problemas que temos vivenciado. Para construí-la, é preciso colocar em prática a democracia estudantil e apoiar-se nas reivindicações e lutas dos estudantes. Planejamos defender no Caell as seguintes propostas:

1 - A tarefa principal do CA é de-

fender as reivindicações dos alunos. O método fundamental para isso é o da mobilização, porque permite aos alunos ganhar força ao agirem coletivamente, superando a impotência das ações individuais. O CA deve se colocar de modo permanente em defesa da mobilização. A utilização de outros meios de luta está subordinada à ação direta.

2 - O CA deve aplicar e defender a democracia estudantil, que se baseia na soberania das assembleias gerais, revogabilidade de mandato, proporci-

onalidade, direito à livre expressão e manifestação, independência política, organizativa e econômica. Uma das conseqüências desse princípio é a rejeição da utilização do CA para fazer campanhas eleitorais. A assembleia deve ser estimulada como organismo de decisão coletiva e ativa dos alunos.

3 - Democracia na universidade: fim do arbítrio da burocracia universitária, por um governo tripartite (alunos, professores e funcionários) na universidade; soberania da assembleia geral universitária; eleição de todos os MASSAS – 1ª quinzena de Novembro de 2000 – 11

cargos de forma direta e universal (uma cabeça = um voto), com revogabilidade de mandato e subordinados à assembléia universitária; direito à livre expressão e manifestação. Defesa da autonomia universitária. Fora a polícia militar (PM) do campus. Conforme vínhamos defendendo desde 1998 e agora está se realizando, controle pelos estudantes da eleição e atuação dos representantes discentes (RDs) nos organismos colegiados da USP e FFLCH.

4 - Contra as reformas educacionais do governo Covas/FHC, que destróem e privatizam a educação em benefício do parasitismo financeiro, a mando dos organismos internacionais (Banco Mundial etc.). Estas são um aspecto do plano neoliberal de FHC, que deve ser combatido no seu conjunto, por ser antinacional e antipopular. Conforme defendemos e foi aprovado no VI Congresso dos Estudantes da USP: *“Abaixo a reforma educacional do Banco Mundial. Em defesa do ensino superior público e gratuito para todos. Em defesa do método da mobilização dos trabalhadores e estudantes para derrotar a política antinacional e antipopular de FHC.”*

5 - O CA deve defender as reivindicações imediatas e gerais dos estudantes, jamais rebaixando-as em função de negociatas. Dentre elas, destacamos:

- Contra o sucateamento dos cursos de Letras: contratação imediata de todos os professores necessários ao funcionamento dos cursos; fim das restrições às matrículas e vagas para todos nas disciplinas e habilitações desejadas; mudança do novo currículo, de forma a acabar com o ranqueamento, na verdade um novo vestibular dentro da universidade; adoção das mudanças curriculares propostas na comissão de mobilização dos alunos de 1999 (manhã). Maior possibilidade de mudanças de cursos e interdiscipli-

naridade (matrículas e aproveitamento das optativas nesta e em outras unidades para a formatura).

- Defesa da assistência estudantil: moradia para todos os que precisam e sob controle estudantil; ônibus circulares no mínimo de 10 em 10 minutos; bandejão subsidiado 100%; assistência médica e odontológica no HU e HC sem restrições.

- Contra o provão, porque é um instrumento de cortes e rearranjos fisiológicos de verbas à educação pública e favorecimento do ensino privado. Por uma campanha unificada dos estudantes das escolas públicas e particulares contra o provão.

6 - Defesa do direito democrático da educação para todos. O que implica nas bandeiras defendidas por nós e aprovadas no VI Congresso dos Estudantes da USP: *“Ensino público, gratuito, laico, único e vinculado à produção social. Fim do ensino pago. Fim dos subsídios ao ensino pago. Fim das parcerias com a iniciativa privada. Fim das fundações privadas”* E ainda, pela estatização das escolas particulares sob controle da comunidade universitária, que é o único meio de se acabar com a exploração do ensino e garantir o acesso a todos.

7 - Participação nos encontros gerais de estudantes de Letras (EREL, ENEL), atuando para debater e organizar a luta em defesa das reivindicações dos estudantes e profissionais da área.

8 - Fortalecimento das iniciativas extra-curriculares, culturais e artísticas dos alunos. Organização dessas atividades que possam ajudar na mobilização.

9 - Reuniões regulares da diretoria, convocadas publicamente. Por diretores atuantes (nada de diretores fantasmas). Funcionamento colegiado da diretoria. Regularização e profissionalização das publicações do Caell. Criação de instrumentos mais ágeis de

divulgação e debates de opiniões. Utilização democrática dos murais e espaço. Organização de comissões de trabalho abertas e que estimulem a participação dos alunos (ensino, imprensa, cultura, festas etc.).

10 - Atuação no movimento estudantil, trazendo os debates para as salas de aula e lutando no interior das entidades gerais para que sejam instrumentos de mobilização dos estudantes pelas reivindicações, contra a prática das atuais direções, em especial a da UNE, que cada vez mais afasta os estudantes das decisões e aplica uma política que não tem nada a ver com os interesses e necessidades do movimento. Pela democracia estudantil, não só no Caell, mas em todo o movimento.

11 - Os problemas da universidade não estão separados dos problemas gerais da sociedade. Por isso, defendemos a unidade da comunidade universitária (alunos, professores e funcionários), e desta com os movimentos sociais, em particular os movimentos operário, popular e camponês. O atendimento pleno das reivindicações estudantis, operárias, populares e camponesas depende da superação do modo de produção capitalista pelo socialismo, que só pode vir pela revolução social. Defendemos no VI Congresso dos Estudantes e foi aprovado: *“Universidade ao lado dos explorados contra os exploradores e seus governos; Apoio à luta dos sem-terra por condições mínimas de sobrevivência e trabalho. Apoio aos métodos de luta usados por eles: as ocupações de terra e prédios públicos, bloqueios de estrada etc. O Congresso se coloca ao lado dos sem-terra e exige a punição de seus assassinos, liberdade para os presos políticos e fim dos processos contra as lideranças do movimento; Abaixo o capitalismo, fim da exploração do homem pelo homem e defesa do socialismo.”*

Colômbia

O imperialismo impõe ao governo brasileiro a prisão do representante das Farcs, Oliverio Medina. Os trabalhadores devem exigir: liberdade imediata!

A negativa de revalidação do registro provisório de Oliverio Medina e sua prisão são conseqüências do Plano Colômbia, arquitetado pelos Estados Unidos para destruir as Farcs, e do Plano Cobra, adotado pelo governo brasileiro como parte da ofensiva imperialista.

Ocorre que os Estados Unidos conseguiram, no último período, esmagar a guerrilha em vários países latino-americanos e mesmo integrar movimentos guerrilheiros na legalidade burguesa, transformando-os em partidos eleitoreiros, como foi o caso de El Salvador. Mas não conseguiram o mesmo com as Farcs, a mais antiga guerrilha, que conta com apoio de uma parcela significativa de camponeses e trabalhadores urbanos.

O Plano de Paz do governo colombiano para desmantelar as Farcs através de acordos e de integração na “democracia” burguesa não progrediu. O problema político, por enquanto, terá de ser resolvido militarmente.

Os Estados Unidos, de acordo com seu domínio sobre América Latina, objetiva potenciar o governo de Pastrana com armas e possibilitar o intervencionismo militar do próprio imperialismo. Não é preciso responder ao argumento do combate ao narcotráfico, um canal utilizado para atuar sobre os governos e reforçar sua presença bélica. O que está em jogo é a necessidade da maior potência ampliar seu raio de ação sobre as semicolônias. Necessidade essa agigantada pela crise estrutural do capitalismo mundial. Trata-se, portanto, mais do que um cerco à Colômbia.

Estamos diante de uma operação de maior amplitude, que vem se configurando pelas campanhas de erradicação do plantio de coca. Está aí o caso da Bolívia em que os camponeses paupérrimos se vêem na contingência de combater ferozmente o governo entreguista. Vemos que não se trata de um aspecto específico. Os governos latino-americanos, sem exceção, vêm aplicado dos planos econô-

micos que dilapidam o país e atingem fundo a vida das massas.

Como sustentar essa sangria e a crescente miséria? A olhos vistos a luta de classe se expande de país a país. Entre as massas, cresce a necessidade de organizar a luta antiimperialista, que fatalmente desembocará no questionamento de todo capitalismo. Isso porque o proletariado pode ocupar um lugar de destaque na resistência aos ataques das potências e aglutinar a maioria oprimida contra o Estado burguês. Esse é o pano de fundo dos acontecimentos que envolvem o Plano Colômbia.

Os países mais débeis econômico e politicamente são a porta de entrada mais fácil para o imperialismo militarizar a região. Mas o objetivo é englobar Brasil e Argentina que, embora semicoloniais, se distinguem por ter uma burguesia industrial mais bem estruturada e portadora de interesses próprios. O projeto Alca vem nesse sentido. A intenção dos Estados Unidos de conformar uma força “multinacional” latino-americana sob seu comando para intervir na Colômbia e em todo território expressa a ofensiva do grande capital internacional.

As relações econômicas e militares estão interpenetradas. E nesse caso para impor mais rigidamente a hegemonia imperialista e reforçar a opressão nacional.

O governo brasileiro vem cedendo aos poucos, de forma a não demonstrar abertamente perante as massas sua subserviência e para processar as divergências no seio da própria burguesia. Mas a tendência é de se integrar cada vez mais à estratégia do imperialismo de enfrentamento da desintegração mundial do capitalismo e crescimento da luta de classe.

Claro que esse processo não anda em linha reta e nem mecanicamente. Os choques de interesse e a luta entre as classes, e mesmo entre frações da burguesia, interferem nessa tendência dominante. Mas é necessário partir dela para se tirar as conclusões políticas corretas.

O reformismo, por exemplo, rejeita

essa constatação em função de sua esperança utópica de aglutinar setores burgueses tendentes a pleitear uma “nova ordem mundial”, em que se renegociariam as perdas e danos da crise. No Brasil, o PT expressa essa posição. E os simpatizantes das Farcs, bem como o próprio movimento das Farcs, não escapam da órbita do reformismo, negando a tarefa essencial que é a revolução e ditadura proletárias. O mesmo se passa com os zapatistas, que aqui entre nós são duros adversários da construção do partido revolucionário.

São fatores contraditórios na situação, que retardam o objetivo estratégico de combater o imperialismo e as burguesias nacionais com as armas da revolução proletária, que implica a construção do partido mundial da revolução socialista. Essa posição pode parecer longe e deslocada do fato de um dos representantes das Farcs ter sido preso no Brasil. Na verdade não é assim.

Devemos defender as Farcs contra o objetivo sanguinário do imperialismo e do governo Pastrana, do qual o governo brasileiro já faz parte com o Plano Cobra, Sivam e com a prisão de Oliverio Medina. Entretanto não com a política do nacional-reformismo. Por entendermos que o trabalho político, seja lá qual for a situação, se concentra na tarefa de amadurecer as condições para a revolução proletária (e não uma revolução democrática burguesa) é que defendemos a constituição de frentes únicas antiimperialistas em todos países semicoloniais para dar um primeiro passo de derrota da burguesia, que é resistir ao imperialismo através de tarefas revolucionárias e da luta de massa.

É com esse chamado que o POR rechaça a prisão de Oliverio Medina e se une a todas as forças que levantam a bandeira de sua libertação, bem como a de fora o imperialismo da Colômbia, Bolívia, Peru, Brasil e de toda América Latina.

Governo entreguista, liberte Oliverio Medina das Farcs.

O Partido e sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação, escrito por Guillermo Lora iniciado no Massas n.º 160

Manual do Organizador **O que se fez e o que devemos** **fazer agora. (2ª parte)**

A discussão ao redor da linha política que corresponde ao um determinado momento da evolução da consciência da classe operária, assim como os métodos de trabalho organizativos que devem ser aplicados para efetivar a linha programática, deve ser efetuada de forma coletiva pela militância, o que significa que deve ser realizada nas células. E isso que se quer assinalar quando se diz que a linha partidária é feita pela militância. Por sua vez, levamos em conta que o partido se vincula com as massas através das suas células, que constitui um canal adequado para o trabalho partidário e político entre os explorados.

A fixação da linha política, dos métodos organizativos e do trabalho através das discussões nas células permite que a luta de classes, o estado do ânimo dos

explorados, atuem como fator determinantes daquela tarefa. Deve-se ter presente que a célula concentra, educa e organiza os homens de carne e osso que estão nas massas que são explorados e oprimidos como o próprio proletariado, que todos os dias lutam pelas necessidades e aspirações de seus companheiros de classe.

Em outro lugar falamos de que uma célula viva é aquela que dá resposta aos problemas partidários e aos que emergem da vida e atividade das massas. Corresponde assinalar que existe uma tendência perniciosa de algumas células até a passividade na vida partidária: se limitam a receber as instruções da direção e quando muito a dividir os militantes em uma minoria privilegiada que somente pensam e a maioria que se limita a obedecer não importam que ordens vindas de cima. Se não se luta sistematicamente contra esse vício, estaremos destruindo a capacidade criadora de ini-

ciativa dos militantes, que, pelo contrário, devem ser despertadas e cultivadas, desde o momento em que são parte essencial da militância e da atividade política.

Estão mal encaminhadas as células que se limitam a ler as instruções da direção para na maioria das vezes arquivá-las sem sequer um comentário. As decisões dos organismos de direção do Partido são proposições que devem ser discutidas, objetadas, complementadas etc. Este é o verdadeiro diálogo que se abre entre partido e militância, a célula e a direção. A decisão mais brilhante deve ser discutida e concretizada mediante sua aplicação na vida diária da célula, da fábrica ou da universidade. A célula estuda, discute as decisões superiores com a finalidade de armar a militância para que as levem à prática. Dessa forma, a célula não abandona a tarefa criadora e contribui decisivamente na vida partidária.

Povo Palestino reage à opressão e se levanta contra Israel e os EUA

O levante do povo palestino nas últimas semanas confirma as teses e prognósticos do POR: não é possível um acordo de paz na região sob a direção da OLP e do governo israelense, porque manterá a opressão de Israel sobre o povo palestino, e este terá de se levantar em armas.

O Estado de Israel foi criado depois da segunda guerra mundial, com o propósito de estabelecer um enclave, uma espécie de Quartel General, dos Estados Unidos no Oriente Médio, para que as fontes de petróleo da região estejam sob seu controle. Trouxeram gente de vários outros países, judeus de nacionalidades diversas, principalmente poloneses, para ocupar a região e ser a “população” local. Os governos de Israel, sejam conservadores ou trabalhistas, sempre foram marionetes ianques. mantiveram seu poder com constantes massacres contra os árabes palestinos e seus vizinhos. Não satisfeitos com as terras demarcadas na criação do Estado, em 1967



invadiram e ocuparam militarmente as faixas de Gaz, Cisjordânia e Sul do Líbano, aumentando a opressão.

A OLP (Organização para Libertação da Palestina) agrupa diversas correntes

em seu interior e surgiu como força político-militar que enfrentou nas armas a opressão israelense. Tinha como bandeira a destruição do Estado de Israel e a constituição do Estado palestino. Mas,

nos últimos anos, acordo após acordo seu líder Arafat foi estabelecendo uma linha de conciliação com Israel. Em troca do estabelecimento de uma “Autoridade Palestina”, submetida ao governo israelense e com polícia própria, Arafat reconheceu o Estado de Israel e recomendou o fim da luta armada. O acordo esbarrou na definição do Estado Palestino e de sua capital. Há alguns meses, o governo norte-americano tentou obter de Arafat uma promessa de submissão às imposições israelenses, mas Arafat já não podia fazê-lo, sob a pressão das massas que reivindicavam o Estado palestino imediato e a capital Jerusalém.

Nas últimas semanas, a direita israelense

passou a provocar os palestinos com tanques e desfiles militares em seus bairros em Jerusalém. A revolta popular se instaurou, com pedras e paus contra as metralhadoras e bombas. As tentativas de acordos esbarram na radicalização do movimento. Mais de 120 palestinos mortos não arrefeceram a mobilização antiimperialista.

A luta dos palestinos é tipicamente de combate contra a opressão nacional. No capitalismo, a opressão de classe se projeta em nível internacional pela opressão das nações atrasadas pelas imperialistas. As burguesias nacionais, formadas historicamente submissas ao imperialismo, são incapazes de resolver

a autodeterminação nacional, parte do programa democrático, sendo que essa tarefa passa às mãos do proletariado, que tem de dirigir a nação oprimida e dar solução às tarefas democráticas juntamente com as socialistas, que se fundem a elas.

Por isso, colocamo-nos incondicionalmente ao lado dos palestinos contra Israel e chamamos a sua atenção para a necessidade de construir o partido revolucionário, seção nacional da IV Internacional, a frente única antiimperialista e realizar a revolução proletária, única forma de acabar de vez com a opressão de Israel, marionete ianque.

Bolívia:

É atual a Consigna de Autodeterminação Nacional

Contribuição do POR ao tema

Onde aparecem nações opressoras e oprimidas (fato que marca a fogo o capitalismo imperialista) de forma inevitável aparece a necessidade da autodeterminação nacional, ou seja, a organização política das nacionalidades oprimidas em Estados soberanos. O problema da opressão nacional existia nesta terra antes da colônia, durante ela e sob a chamada república. Na história do país percebemos que as correntes ideológicas chegam muito tarde e se movem com uma extrema lentidão.

Veio do exterior a consigna da autodeterminação nacional, ainda que movimentos multitudinários colocaram a urgência de sua materialização.

Os revolucionários devem ao marxismo a análise do conteúdo desta palavra de ordem.

O Partido Operário Revolucionário, em seu empenho em revelar as leis do desenvolvimento e transformação do país, estudou a natureza do movimento camponês na Bolívia, que em seu desenvolvimento mostra indícios espontâneos

da marcha até a estruturação em Estados soberanos das nacionalidades nativas subjugadas pela classe dominante e pelo próprio imperialismo colonizador.

Para o Trotskismo, os problemas nacionais se resolvem na medida em que se resolve o problema da terra e da autodeterminação nacional, que se expressa na política revolucionária do proletariado, em sua ditadura.

A revolução boliviana será protagonizada pela nação oprimida pelo imperialismo, estruturada na Frente Revolucionária Antiimperialista¹ em torno da política da classe operária.

A ditadura do proletariado acabará com toda forma de opressão de classe e abrirá o caminho para a autodeterminação nacional.

A experiência da luta das massas camponesas

A última mobilização dos aymaras, quíchuas e nacionalidades do oriente em torno de reivindicações imediatas como: a lei de águas, a reforma da lei INRA², direito ao cultivo da folha de coca etc.

Devemos destacar que esse movimento coincidiu com uma potente mobilização das massas de dimensão

nacional.

Como já é tradição a ação direta das massas – como deve ser num país que por sorte superou as ilusões democráticas – empurrou a classe dominante até a extrema direita e permitiu que aflorassem as reivindicações de maior importância e profundidade, de forma que se incorporassem como pilares fundamentais os problemas da terra e da libertação nacional. As massas exploradas buscaram a classe explorada capaz de exteriorizar esta política.

É muito sugestivo que esses problemas fossem colocados, mesmo que polemicamente, para os governantes burgueses e submissos ao imperialismo. Claro que este caminho não conduz a solução radical do problema.

A realidade voltou a exigir que as denúncias e o mal-estar profundo da maioria nacional (materialização da volta da terra para mãos camponesas e urgência do estabelecimento dos Estados livres soberanos de aymaras, quíchuas etc.) sejam superados pelo proletariado.

(extraído do Jornal “Masas” boliviano n.º 1733 de 6/10/2000)

1 A Frente Revolucionária Antiimperialista é a consigna utilizada pelo POR boliviano para materializar a política estratégica marxista da Frente Única Antiimperialista segundo as Teses do Oriente aprovadas no IV Congresso da Internacional Comunista. A mudança de única para revolucionária se deve ao fato de o estalinismo ter se utilizado desta bandeira para impulsionar a frente popular na Bolívia (NT).

2 Sobre a reforma agrária(NT)

Bolívia

Consigna Revolucionária: Livre Cultivo, Comercialização e Industrialização da Coca! (industrialização que inclui a fabricação de cocaína)

O POR não arriou esta bandeira

No plano internacional, aparecem tendências que lutam pela legalização do comércio das drogas, entre elas o da cocaína, muitas delas acreditam que por este caminho possa conseguir a diminuição de seu consumo.

Outro argumento importante se refere que a cocaína é menos nociva para o organismo que, por exemplo, o álcool, o tabaco etc. As potências imperialistas que tão raivosamente perseguem o narcotráfico, em outro momento, combateram furiosamente o álcool, para terminar convertendo-se em comercializadores de álcool e cigarros.

Desde o primeiro momento em que se desencadeou no país a luta contra a cocaína, se fez sob a direção e o financiamento do imperialismo norte-americano, chegando ao extremo de colocar sob seu controle os organismos de inteligência do país altioplânico.

Não podemos deixar passar a evidência de que a luta contra o narcotráfico serve para que a metrópole

imperialista possa tirar muitas vantagens políticas. Convertem em seus servos incondicionais muitos politikeiros dos países atrasados como a Bolívia. Um exemplo: a família do presidente foi um tempo atrás denunciada de narcotraficante, o governo, para não ser deposto, se esmera a servir aplicadamente a Washington.

O POR, diferentemente dos outros partidos, nunca manchou suas mãos com o sujo negócio da cocaína, o que demonstra que suas palavras de ordem, neste plano, foram feitas como projeção de seu programa.

Não bem se apresentou o momento de fixar com claridade uma política com referência ao narcotráfico, o trotskismo boliviano lançou a seguinte orientação que até agora permanece invariável

Livre Cultivo, Comercialização e Industrialização da Folha de Coca!

O narcotráfico é uma criação do Imperialismo e este deve enfrentá-lo dentro de seu país.

Cobram-nos pela Traição

Os burocratas sindicais deram as costas para a consigna que o POR lançou em defesa da folha de coca, declararam-se campeões na luta contra o narcotráfico, aceitaram o desenvolvimento alternativo e a extirpação dos cocais com compensação.

Já indicamos as causas do domínio militar imperialista nas zonas cocaleras e a arremetida governamental no objetivo da destruição de todos os cocais. Anunciaram que a partir de 2001 se aplicará a política norte-americana anti-coca na região dos yungas pacenhos.

A heróica luta de cocaleros e camponeses, na defesa das plantações de coca, está sendo vilmente traída pelos burocratas, empenhados em se apegar a todo custo ao aparato governamental da burguesia serva do imperialismo. Aos traidores, dizemos que é através deles que avança a destruição total dos cocales.

(extraído do Jornal "Masas" boliviano n.º 1733 de 6/10/2000)

Terra Para os Camponeses

Autodeterminação (Estados soberanos) das Nacionalidades Indígenas

A agudização da luta de classes (falamos de nacionalidades/classe, pois não há diferenciação classista naquelas) coloca, em primeiro plano, a urgência em resolver o problema da terra (arrancá-las das mãos dos capitalistas, do Estado etc. para passá-las aos camponeses), que permitirá materializar a autodeterminação nacional ou estruturação das nacionalidades em Estados soberanos. Não esquecer que esta solução dos grandes problemas nacionais tem lugar no marco do capitalismo, da economia mundial, cujas leis se traduzem nas particularidades nacionais, por exemplo condiciona o problema camponês.

Os problemas do campo, cujo submetimento à cidade é indiscutível, influenciam nos problemas dos centros

urbanos.

Não é casual que os camponeses, ao não poder superar sozinhos seu estado de extrema miséria, de carência de terra, da impossibilidade de afirmarem-se como nacionalidades, etc. projetam-se sobre as cidades. Já faziam isto durante a Colônia, mas não encontraram a classe que expressasse suas inquietudes e a solução revolucionária, também durante a revolução federal (esboçou-se a possibilidade da presidência camponesa) e, sem dúvida alguma, na importante guerra camponesa pela terra de 1952/53. A experiência destes acontecimentos mostraram que o caminho que deve ser seguido para resolver os problemas da terra se traduz no movimento revolucionário e constitui a essência de sua solução revo-

lucionária.

Durante o século XX, o campesinato acumulou muita experiência positiva de sua luta junto ao proletariado, que se projeta como uma promessa de efetivação dos objetivos que perseguem os explorados e oprimidos. Não é por acaso que somente a política operária assinala a solução dos problemas nacionais e sociais.

Somente o proletariado assinala a política de libertação das nacionalidades nativas escravizadas.

As massas camponesas levarão a classe operária ao poder para instaurar a ditadura do proletariado (governo operário-camponês).

(extraído do Jornal "Masas" boliviano n.º 1733 de 6/10/2000)